



INDIOS GUAJAJARA E PROGRAMA GRANDE CARAJAS

Cinco anos de "Apoio às comunidades indígenas do Maranhão"

Carlos Ubbiali

INTRODUÇÃO

O Programa Grande Carajás é uma macro formação socio-econômica em fase de instalação há mais de cinco anos no "Corredor" que percorre o Sul do Pará, o Norte do Goiás e o Maranhão.

Ele se apresenta mais como conjunto de oportunidades econômicas a ser desfrutadas a nível de empreendimentos e menos como plano orgânico de industrialização da região.

Dentro da sua lógica capitalista e a partir de uma teoria desenvolvimentista agressiva, ele impulsiona uma atividade predatória, violenta e cínica; portanto não beneficiará a população regional, antes objetivará enquadrá-la nos seus esquemas de exploração e aproveitamento total dos recursos locais, humanos e naturais.

Não há de se estranhar se, na planificação inicial do Programa, as comunidades indígenas, existentes na região há centenas de anos, ficaram, junto com as milhares de famílias de lavradores, esquecidas e ignoradas.

Embora não sejam objetivos declarados, a desestruturação socio-cultural e/ou a eliminação física das comunidades indígenas, situadas no Corredor, serão, mais cedo ou mais tarde, consequência direta e trágica de todo o processo de implantação do Programa, dentro de seus parâmetros ideológicos.

Com efeito, as comunidades indígenas em questão já foram - e continuam sendo - atingidas por vários projetos do Programa.

Este trabalho visa analisar, sem pretender esgotar a indagação, os primeiros contatos efetuados pelo Programa, através de um projeto específico (Ferro Carajás. Apoio às comunidades indígenas), com as comunidades indígenas do Maranhão, enfocando o comportamento do povo Guajajara por ser o maior grupo étnico do Estado e do Programa.

1. O PROJETO DESVENDADO

A década de '70 se caracteriza pela luta para a demarcação das áreas indígenas no Maranhão.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO CIMI - MA.

Em 1977, elas começam a ser demarcadas; algumas depois de conflitos sangrentos, como as de Araribóia e Bacurizinho.

Em 1980 termina a luta pela identificação e demarcação, mas abre-se, em algumas áreas, a questão da redefinição dos limites por necessidade de ampliação da mesma área, como no caso da área Canabrava-Guajajara.

Em 1982 todas as áreas guajajara ( oito ) estão demarcadas. Mas os problemas continuam: os índios de Canabrava-Guajajara estão em aberto conflito com os moradores do povoado São Pedro do Cacétes, encravado na área; e os de Bacurizinho empenhados em expulsar os últimos invasores / (tal de Rodrigues).

A FUNAI atua em todas as áreas, com presença maciça, sobretudo, nos setores da saúde e da educação.

Observando o mapa físico do Maranhão, nota-se que as áreas indígenas estão concentradas na região Sul-Oeste, isto é ao longo e dentro do que será o Corredor Carajás: simples coincidência ou tudo, detalhadamente, programado?

Em 1981 o Maranhão desvenda o projeto Carajazão, guardado no sigilo até então.

O projeto é de marca japonesa mas, na realidade, os japoneses nunca apresentaram um grande interesse em investir no Projeto.

Alguns setores da sociedade maranhense - políticos da oposição (PMDB), alguns intelectuais (UFMA), entidades, movimentos populares... - se mobilizam. Cria-se o Comitê pela defesa da Ilha. Organizam-se seminários, debates, encontros no meio urbano e rural para analisar e avaliar o Projeto em todos os seus segmentos (mínero-metalúrgico, agro-pecuário, exploração florestal), desdobramentos infra-estruturais (ferrovia, portos, hidrelétricas) e aspectos sociológicos.

Critica-se muito o modelo do Projeto, o seu caráter extremamente autoritário, a falta de participação popular e a sua forma predatória (típica do modelo desenvolvimentista) de se implantar, com grave prejuízo para as populações e ao ecossistema regionais.

Fazem-se previsões sobre as futuras mudanças e suas repercussões em campo social.

Mas não se apresenta uma proposta alternativa de desenvolvimento da região: na verdade todo mundo foi pegado de contramão, inclusive o Governo do Estado.

Em tal Projeto, macroscópica é a falta de qualquer referência às comunidades indígenas do Maranhão.

Logo essa enorme falta é denunciada, com veemência, à opinião pública - com surpresa até da alta cúpula da direção do Projeto - a fim de sensibilizá-la a respeito da existência de povos indígenas no território de implantação do Projeto e dos graves perigos que os ameaçam.

## 2. O PROJETO DE "APOIO ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS"

Em 1982, como resposta às denúncias e à mobilização criadas em torno do problema indígena, a CVRD, conjuntamente com a FUNAI, costura rapidamente e lança, dentro do Programa G. Carajás, com a sustentação financeira do Banco Mundial, o projeto "Ferro Carajás. Apoio às comunidades indígenas", isto é àquelas que estão incluídas no Corredor Carajás.

É um projeto específico interessando diretamente quatro áreas indígenas do Pará, uma do Goiás e seis do Maranhão, sendo umas habitadas por povos de língua Jê e outras de língua tupi-guarani.

Tudo é estipulado em curtos tempos e sem consultar, praticamente, os diretos interessados: os índios.

Orçamento de 13 milhões de dólares para atender a centenas de aldeias: porque 13 e não 14 ou 15 ou 10 milhões? Uma questão muito aleatória.

Duração de cinco anos: outra determinação também difícil de se entender. Das oito áreas guajajara, só as três localizadas no Corredor Carajás serão consideradas pelo Projeto de Apoio: A.I. Pindaré e Carú, ambas demarcadas e homologadas; A.I. Araribóia, demarcada mas ainda não homologada.

*exige o objetivo de*  
O Projeto ~~proteger~~ *proteger* as comunidades indígenas, *presentes* no Corredor Carajás, do impacto provocado pelo Projeto e seus efeitos no *leva em consideração* ~~grupos~~ *grupos* civis. Mas logo não ~~protege~~ *protege* minimamente *as especificidades dos grupos* em questão, antes pretende encaixá-los todos dentro de um esquema padrão, revelando assim a sua verdadeira cara etnocida, por ser um plano criado especificamente para acabar com as diferenças e as estruturas das organizações indígenas.

Isso leva a deduzir que o objetivo real do Projeto seja o de inserir os índios, por meios compulsórios (infra-estruturas), no processo de produção capitalista e transforma-los, portanto, em mão-de-obra barata ou reserva de força de trabalho. O que, atualmente, parece mais evidente.

Qual é a reação dos Guajajara frente às propostas oferecidas pelas CVRD e FUNAI?

O que se constata nas áreas indígenas Pindaré e Carú é o seguinte: há um primeiro momento de muito transtorno entre os índios, dada a sucessão tão rápida dos acontecimentos, pois, de repente, sem preaviso nem explicação alguma, eles são envolvidos em propostas e promessas de milhões de dólares e tantas outras coisas, como carros, caminhões, barcos, colégios, roças...e, insistentemente, solicitados a aceitar tudo aquilo...Parece mesmo uma coisa inacreditável: eles não entendem o sentido do que está ocorrendo. Eles se sentem como agredidos. Surge, consequentemente, uma desconfiança generalizada.

Mas quando as promessas são cumpridas e o dinheiro e aquelas outras coisas chegam de verdade, eles as recebem com muita satisfação e gosto, sem dúvida alguma: a aceitação é plena.

Os receios, as desconfianças, os questionamentos, todas as barreiras de defesa caem, pelo menos provisoriamente: as portas das aldeias são e-

scancaradas para acolher os brindês.

### 3. A FRENESIA DAS OBRAS

A primeira fase do Projeto (1982/83), pretendendo dar assistência aos setores de saúde e educação, se caracteriza pelas obras!

A FUNAI entende e define que a única coisa se possa fazer, com tanto dinheiro à disposição, seja construir.

Dinheiro e idéias viram tijolos. A palavra de ordem é construir: no vos Postos da FUNAI, novos ambulatórios, novos colégios, casas, centros comunitários (?)...O tijolo preenche a ausência de sensibilidade antropológica e justifica a incompetência dos autores do projeto.

Manda-se também cavar poços artesianos e colocar geradores de energia para instalação de água e luz.

Adquire-se caminhões, camionetes, jeeps Toyota, lanchas, voadeiras... Consequentemente tem que se contratar novo pessoal: atendentes de saúde, professoras, motoristas de carros, motoristas de voadeiras, motoristas de lancha...

As áreas ficam repletas de construções, meios de condução, pessoal contratado, trabalhadores, pedreiros...

Em fim uma atividade frenética e fervilhante, e muito, muito movimento nas aldeias.

E os índios?

Eles olham e observam tudo. Com grande curiosidade e com certo tom de diversão. Um furacão de novidades invade as aldeias: todo mundo para assistir ao espetáculo. Vêm aí caminhões, camionetes, barcos, todos com os respectivos motoristas. Tudo às ordens dos índios e de graça. Por que não aproveitar, então, para dar um passeio? Justamente isso! O viajar se torna, portanto, a atividade principal dos índios: é a fase festiva do projeto.

Os índios passeiam muito e gostam muito, também.

A agricultura fica esquecida e as roças abandonadas.

Das construções, muitas permanecem inacabadas, outras são abandonadas; e, dos meios de condução, muitos, uma vez quebrados, ficam encostados e inutilizados. A FUNAI vira sucata!

Dinheiro fácil, gasto aos montes, naturalmente!

É o fracasso total dos programas de assistência, pois, além do mais, a situação da saúde e da educação dos índios não tem melhorado...

Mas tudo bem: o trem do Carajás continua a sua viagem carregando alegremente a turma da FUNAI e levando os índios ao reboque.

### 4. A PORFIA

A fase sucessiva (83/84) foi programada para ser totalmente agrícola, com objetivo declarado de fortalecer a agricultura indígena.



Haveria , então, financiamento das roças.

Foi prefixada uma certa quantia de dinheiro para cada área e foi, portanto, determinado o cronograma das parcelas a ser entregues para cada área segundo os ciclos agrícolas, sem ter, como de costume, efetuado algum estudo prévio da situação das áreas e nem conversado com os próprios índios. Tudo foi aprontado em base a critérios apriorísticos e fictícios, estabelecidos nos gabinetes.

Assim disposto, a gestão e a administração do dinheiro foram colocadas / nas mãos dos chefes de posto. Estes puderam aproveitar para cooptar as lideranças indígenas a fim de te-las como aliados e evitar a fiscalização das verbas aplicadas e possíveis desvios.

Assim algumas lideranças angariaram mais dinheiro do que outras, aumentando o próprio prestígio. Da mesma forma algumas aldeias foram mais favorecidas do que outras e algumas áreas ficaram mais privilegiadas.

O dinheiro, que deveria ser investido nas roças, é, portanto, usado para jogadas políticas, quando não desviado para outros fins. São jogos perigosos que acirram os ânimos, criam e aguçam conflitos entre lideranças, grupos familiares, aldeias e áreas; reavivam e agudizam velhas rixas (A.I. Araribóia).

Os índios se deixam dominar pela inveja e pelo ciúme. Cria-se competição entre eles e parte-se para uma desenfreada corrida ao dinheiro e aos cargos da FUNAI e, em modo especial, às chefias de Posto, pois estas levam ao controle direto e ao manuseio do dinheiro.

Tudo isso levanta muito boato e faz com que os guajajara das áreas excluídas do Projeto e os que se sentem prejudicados pela política da FUNAI, levantem também a voz e manifestem, cada vez mais alto, o anseio de participar dos benefícios da festa.

Na mesma hora, estes mesmos índios, os excluídos do bolo, alertam os parentes sobre a necessidade de fiscalizar o fluxo do dinheiro do Projeto, que é dos índios, para bloquear o extravio das verbas, as quais devem ser aplicadas, exclusivamente, a favor das comunidades indígenas.

Os Guajajara pleiteiam o controle total da FUNAI, acusada constantemente por eles de corrupção, para poder, obviamente, controlar o movimento do dinheiro. Eles querem ter nas mãos o cronograma das verbas liberadas para poder fiscalizar e monopolizar a aplicação das mesmas.

Por isso eles se mobilizam e conseguem envolver todos os povos indígenas do Maranhão em um movimento que culmina na tomada da sexta Delegacia, em São Luis, e na imposição de um descendente de guajajara como delegado, Pedro Marizé Filho (maio 1984).

Principais autores da façanha são os Guajajara de Pacurizinho, reclamando a própria integração no Projeto Carajás além de uma participação mais efetiva na política da FUNAI. O novo delegado está ligado a eles por estreitos laços de parentesco.

Paradoxalmente, é nessa corrida para o dinheiro que, nos mesmos índios, nasce a consciência, embora de forma embrional, contraditória e etnocên

trica, de que é o próprio índio que, conhecendo seus problemas melhor do que qualquer branco, tem condições para solucioná-los.

Por fim eles reivindicam a gestão direta do dinheiro do Projeto.

A FUNAI, portanto, criticada e desmoralizada, e, agora, chefiada por um descendente de guajajara, repassa diretamente para os índios as verbas do Projeto, que acabam, fatalmente, nas mãos de apenas algumas lideranças.

É a fase definida do "esbanjamento", isto é dos gastos sem critério e à toa feitos pelos índios, por fim donos do dinheiro, e das compras / máciças de eletrodomésticos que, mais tarde, terão que ser devolvidos por insolvência das prestações devidas.

Os índios se sentem mesmo donos do dinheiro e, safando-se de todos os esquemas capitalistas, fazem dele o uso que melhor acham.

Isso não estava certamente previsto pelos inventores do projeto, horrorizados em ver tanto estrago e desperdício. Mas, com isso, os índios adquirem a experiência do poder aquisitivo do dinheiro.

Infelizmente nada, ou quase, foi aplicado na agricultura, com a única exceção da A.I.Pindaré.

##### 5. SUSPENSÃO DO CONVÊNIO CVRD/FUNAI

Depois ter avaliado muito negativamente os fenômenos registrados, a CVRD decide suspender a liberação das verbas para 1984/85. Ela ordena a recomposição da terceira fase, exigindo a reformulação do Projeto. A FUNAI repropõe um novo plano agrícola, impostado na contenção dos gastos. É o projeto de Carvalho - supervisor, pelo projeto, das áreas indígenas do Maranhão - que caracteriza-se pela imposição de um módulo agrícola padrão (cinco linhas de roça) para todas as famílias. O financiamento ocorre através de parcelas prestabelecidas, divididas segundo os ciclos agrícolas, a ser entregues para cada família em forma de alimentos, sementes e implementos.

Em geral, os índios aceitam de mau gosto o plano.

Questionam muito o módulo agrícola de cinco linhas cada, que pode ser suficiente para a região da mata, mas não para o sertão. E não aprovam a fórmula do financiamento, preferindo, depois ter experimentado o seu poder extraordinário, receber dinheiro vivo e não aquelas "poucas sigalhas".

Ao final, o projeto não deu bons resultados, pois a maioria dos guajajara consumiu a sua parcela de alimentos antes do término dos ciclos agrícolas. Por cima, as chuvas abundantes obrigaram os índios a capinarem suas roças inúmeras vezes; isto não estava previsto no pacote, mas já os recursos do projeto haviam acabado.

Entretanto havia mais Guajajara(Canabrava-Guajajara) mobilizando-se / para também fazer parte do time do Projeto Carajás.

A palavra "projeto" torna-se algo de mágico para os Guajajara. Ela

significa dinheiro, muito dinheiro, e tantas outras coisas...

## 6. INTEGRAÇÃO DOS "RESTOS"

Em 1985 todos os Guajajara (das oito áreas) são integrados e incluídos no projeto "Apoio às comunidades indígenas".

Qual a posição e a postura deles frente ao Projeto Carajás?

A primeira constatação é de que eles querem mesmo participar do Projeto a fim de aproveitar e usufruir das vantagens que ele oferece.

Os Guajajara, assim como a sociedade envolvente, já têm incorporado o Projeto como um todo, no sentido que, neles, existe a consciência objetiva e a convicção de que o curso dos acontecimentos jamais poderá ser mudado e o Programa do Projeto não poderá ser esbarrado: a ferrovia está aí feita, eficiente e funcionante, e as usinas siderúrgicas estão em fase de implantação e construção.

Interessante ou engraçado é observar que os índios se referem ao Projeto como a uma instituição benéfica ou fundação filantrópica...

Todos já estão acostumados a conviver com ele.

No entanto não é uma aceitação meramente passiva: eles questionam o Projeto por não ter ajudado a resolver os problemas de saúde e de educação como prometido e mais, vislumbram nele sinais de ameaça e inquietação por colocar a questão da exploração dos minérios nas áreas indígenas.

Na mesma hora, os Guajajara constataam a fraqueza, a fragilidade, a ambiguidade e a ineficiência do delegado "índio", colocado por eles.

Isso significa que o Orgão Tutor, mais uma vez, está falhando clamorosamente, apesar de todos os arranjos; portanto os índios não podem contar com o apoio dele. Os índios entendem que, de um lado, há o perigo do Projeto Carajás, e, de outro, a inconsistência da FUNAI.

Firma-se, então, cada vez mais, a idéia de que a solução dos seus problemas está mesmo nas suas próprias mãos.

A política indígena toma novos rumos, a partir da A.I. Bacurizinho : reunir os Guajajara para analisar a conjuntura, na percepção de que o Projeto Carajás pode constituir-se em grave ameaça para as comunidades indígenas e de que a FUNAI não tem força nem poder para protegê-las.

## 7. MAIS UMA SUSPENSÃO DO CONVÊNIO

Em 1986 consuma-se uma nova suspensão do Convênio CWRD/FUNAI.

Desta vez o motivo da medida é o fato de que 80% das verbas estão gastas unicamente para sustentar a FUNAI.

A CWRD corta a release das verbas, prescrevendo a realocação dos objetivos do Convênio. E isso já depois de quatro anos de Projeto!

Assim são suspensos os salários dos funcionários vinculados ao Convênio - índios e não - e mais os suprimentos aos Postos e toda atividade

assistencial.

O fato coincide com o processo de descentralização da FUNAI, causando perturbação, desnorreamento, incerteza e confusão nos índios e nos próprios funcionários da FUNAI deslocados nas áreas.

No Maranhão são criadas três Unidades Administrativas sob a jurisdição da Superintendência de Belém.

O centro do poder de decisão muda de São Luis para Belém do Pará.

Os índios não entendem bem o que está acontecendo. Eles até confundem descentralização com centralização. Ninguém sabe mais a quem apelar. Mais uma vez a "coisa" foi jogada de cima para baixo, segundo o estilo próprio e autoritário da autarquia governamental.

Os índios funcionários vão até São Luis, reclamando os seus vencimentos e acusando a FUNAI de sonegar o dinheiro do Projeto. Pelo fato de a FUNAI ser a sua direta intermediária, os índios a colocam como a maior responsável por todos os desacertos.

Entretanto o Convênio é reformulado, apresentando como prioridade a demarcação das áreas ainda não demarcadas (Krĩkati, Toco Preto e Gerolda, Guajá...) a ser efetuada até junho de 1987. Inclui também um pequeno orçamento para os setores de saúde e educação. Mas não estão liberados recursos para agricultura. Isso significa que os índios ficarão sem roça. E foi o que ocorreu nas áreas indígenas Carú, Pindaré e Bacurizinho, onde os índios aguardaram em vão as ajudas do Projeto. Afinal, o interesse primário e fundamental dos Guajajara é, ainda, a agricultura. A terra, primordialmente, e a agricultura. Mas para os cabeças da FUNAI isso nunca esteve claro.

Pois bem, os índios do Carú acharam uma solução arrendando terra para brancos, com a devida permissão do "delegado" da FUNAI. Foi uma espécie de compensação.

Em outubro de 1986, os Guajajara realizam a sua primeira Assembléia, na aldeia Bacurizinho.

Um dos assuntos tratados pelos índios diz respeito às alternativas econômicas, dado que o projeto "Apoio" está para acabar. Conversaram e discutiram bastante sobre a exploração dos recursos naturais das áreas indígenas.

Marcaram outra Assembléia para janeiro de 1987 na A.I. Pindaré.

## 8. FIM DO PROJETO

1987: é o ano do vencimento do Convênio, com prazo fixado para junho e, em seguida, espichado até dezembro, prevenindo a insolvência dos compromissos marcados para os meses do ano.

Mas já em abril são demitidos funcionários contratados pelo Convênio, índios e não. Os não índios vão embora; mas os índios reagem, como os do Carú que viajaram até Belém para reclamar, na Superintendência da FUNAI, contra as medidas da CVRB, repudiando as demissões.



O emprego é um direito adquirido e não pode ser alienado: o salário para os índios é muito importante. Serão recontratados pela FUNAI? Essa foi a promessa de Belém.

Com a despedida dos funcionários, áreas como Araribóia, Alto Turi e Carú ficam abandonadas, sem assistência alguma.

Incapaz de enfrentar a nova fase conjuntural, a Unidade Administrativa da FUNAI de São Luis brilha por sua pobreza de visão e incompetência, enquanto que as outras duas (Barra do Corda e Imperatriz) não têm consistência alguma.

Parece que, para a FUNAI, não haja outra saída a não ser a ~~de~~ <sup>de ter o projeto</sup> projetos. Portanto tem que se inventar meio para caçar um projeto qualquer. É a psicose dos projetos: uma doença que paraliza o cérebro, pois, sem projeto nada se faz e nada vai para frente. Assim acontecem coisas incríveis, como as que ocorreram com os Guajajara do Ipu, onde se criou, da noite para o dia, um absurdo projeto de roça mecanizada e comunitária, sem preparação, sem recursos e por uma intervenção autoritária (o trator foi compulsoriamente transferido de uma área para outra). Uma bela cilada para os índios que teve como desfecho o fracasso total do projeto, provocando, com razão, sua reação violenta.

Outros tentam outras vias: Emater ou Projeto Nordeste...

E maior ironia é a de que a demarcação das áreas ainda não demarcadas deixa de ser a principal preocupação da FUNAI (se um dia já o foi), mais interessada em caçar projeto, para se tornar uma exigência do Banco Mundial, que vincula a liberação das suas verbas para desenvolvimento de projetos regionais (Nordestão) à demarcação das terras indígenas; no entanto, sob sua pressão inicia-se a demarcação da área Toco Preto e Geralda.

Há também o problema dos Guajá e abre-se mais uma "frente de atração" com um novo Convênio estipulado entre CVRD e FUNAI Superintendência de Belém.

Enquanto isso a CVRD instala, cada vez mais firmemente, as suas bases no Maranhão: constroem residências de manutenção às margens da ferrovia e conclui um acordo com o Governo do Estado para a eletrificação dos povoados situados dentro do Corredor da estrada de ferro, participando, sempre mais ativamente, das decisões em matéria / de política econômica do Maranhão.

## 9. RESULTADOS

Passados os cinco anos, o que sobrou do Projeto "Apcio"?

A quem serviu? A quem beneficiou?

É certo que a FUNAI saqueou os cofres do Projeto.

Quanto aos índios, o Projeto serviu de cabide de empregos para alguns deles. Algumas lideranças chegaram a ser chefes de Posto, com

ordenados altos e possibilidade de lançar mão das verbas destinadas às áreas; e seu maior desempenho foi arrastar as próprias comunidades a trás dos recursos do Projeto.

Foi a época das caravanas indígenas que se dirigiam a São Luis à busca de somas vultuosas. E quem mais se destacou, nessa atividade, foi o pessoal de Bacurizinho, Ipu, Morro Branco e, até 1986, Carú.

Mas o povo guajajara, em geral, saiu prejudicado: o estado da saúde piorou em comparação à situação anterior às iniciativas do Projeto; o sistema de educação não avançou; a agricultura, por causa das muitas ilusões criadas pelo Projeto, ficou obliterada.

Talvez tenha ficado na garganta dos índios o gosto do dinheiro, que passou pelas suas mãos e já se foi; e a boca cheia d'agua com o desejo e a vontade de possuir outro...

A final, o Projeto não serviu a nada e a ninguém?

Talvez tenha servido a si mesmo.

As comunidades indígenas não saem fortalecidas destes cinco anos de Projeto. O sabor do dinheiro e do seu poder foi, sem dúvida, uma experiência chocante e representou a novidade mais perigosa e arriscada para os índios.

Algumas lideranças ensaiaram formas de autoritarismo, até então desconhecidas aos próprios índios, que puderam sustentar-se também graças e pela força do dinheiro.

Talvez esteja nisso o ponto fraco das comunidades indígenas e algo, talvez alguma forma <sup>ou mecanismo</sup> de resistência, tenha quebrado na sua estrutura igualitária de sociedade sem classes.

## 10. PERSPECTIVAS ~~XXXXXXXX~~

Perspectivas para os índios ou para o Programa Grande Carajás?

Quanto ao Programa, dentro de poucos anos, estarão funcionando a pleno ritmo dez, quinze ou mais usinas siderúrgicas, espalhadas ao longo do Corredor de exportação e todas alimentadas com carvão vegetal.

Quanto aos índios, enquadrados no esquema do Programa, eles, donos dos últimos redutos de mata pre-amazônica do Maranhão, serão pressionados/ e aliciados a venderem sua madeira ou incentivados a produzirem, in loco, a quantidade de carvão necessária para o funcionamento das usinas. Por isso, eles sofrerão pressões fortes com promessa de grandes lucros.

Essa de prometer e dar coisas para os índios é uma tática que, parece, sempre funcionou e deu bons resultados, até agora.

A outra foi de criar novas exigências e novos gostos, e deixá-los insatisfeitos à condição de trocas...

Será por aí e pela via do dinheiro que os índios do Corredor Carajás / serão aproximados e submetidos a um bombardeio de ofertas para eles abrirem mão de suas riquezas naturais.

Além disso, o perigo e a pressão que já existem, e vem aumentando cada vez mais, por parte de lavradores sem terra. Estes não serão beneficiados por uma Reforma Agrária, mas serão empurrados, em vista de lucros inesperados, para a produção de carvão e, portanto, incentivados a invadirem as áreas indígenas.

O futuro dos índios se projeta cheio de problemas e dificuldades com relação à sua sobrevivência física e cultural.

Pode ser que eles estejam já prontos, ou preparando-se, para enfrentar a nova guerra. Já superaram indizíveis dificuldades no correr de 400 anos.

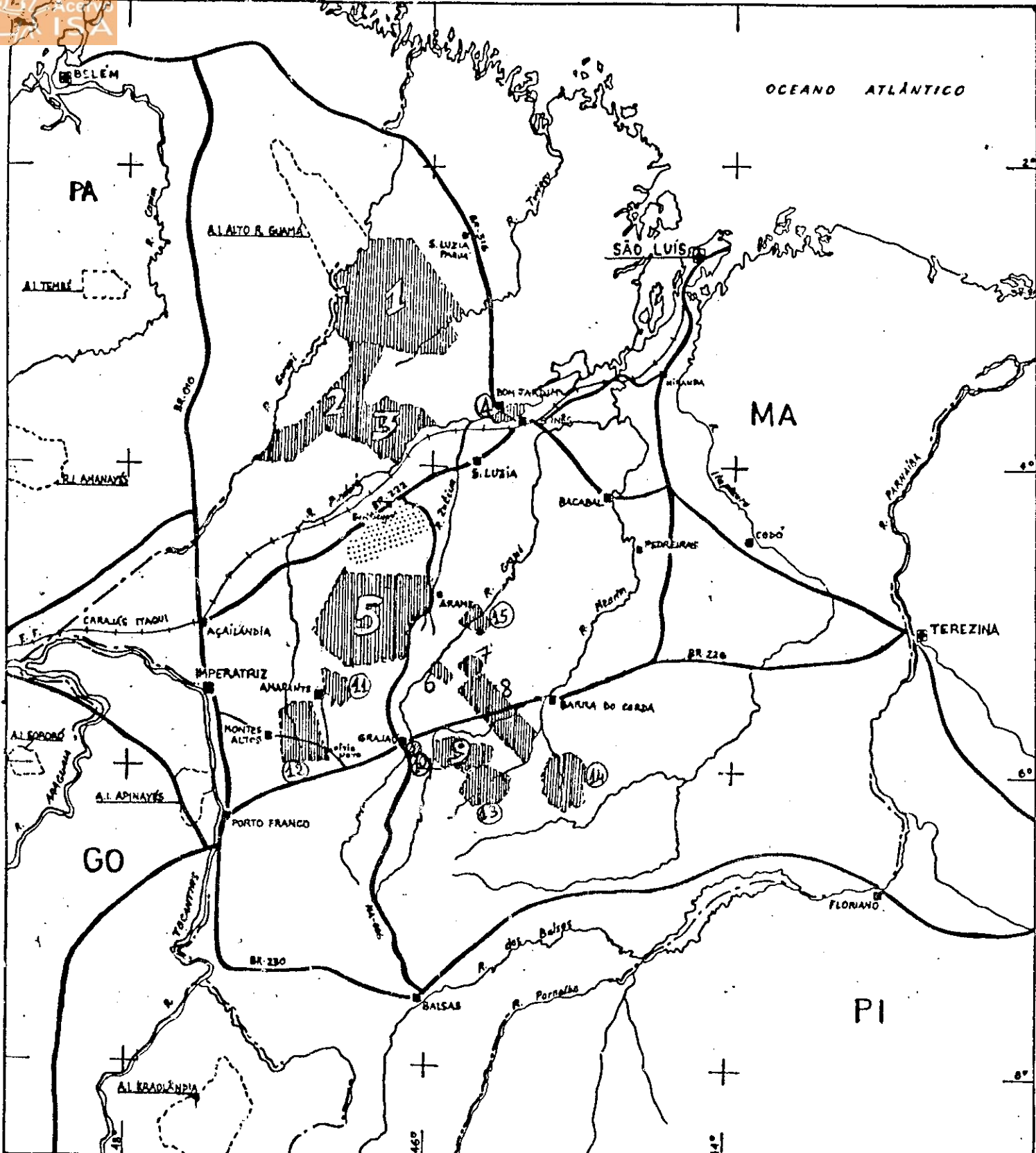
Esses novos inimigos são senhores de um poder ilimitado, acostumados a vencer e arrasar ~~qual~~ qualquer obstáculo; são os mais perigosos e gozam mesmo da fama de ser invencíveis.

Talvez a única escolha para os Guajajara se salvarem seja mesmo a "pobreza"; isto é o seu sistema de vida despreendido, simples e essencial, renunciando a qualquer projeto capitalista.

Isso significa excluí-los do progresso?

Eis um desafio lançado também para a nossa inteligência.

São Luis, Junho 1988



- 1-A.I. ALTO TURIJAÇU : Kaapor e Tembê
- 2-A.I. AWÁ-GURUPI : Guajá
- 3-A.I. CARU : Guajajara
- 4-A.I. PINDARÉ : Guajajara
- 5-A.I. ARARIBÓIA : Guajajara
- 6-A.I. URUCU/JURUÁ : Guajajara
- 7-A.I. LAGOA COMPRIDA : Guajajara
- 8-A.I. CANABRAVA : Guajajara
- 9-A.I. BACURIZINHO : Guajajara
- 10-A.I. MORRO BRANCO : Guajajara
- 11-A.I. GOVERNADOR : Gavião
- 12-A.I. KRIKATI : Krikati

- 13-A.I. PORQUINHOS : Canela(Apaniekrá)
- 14-A.I. KANELA : Canela(Rankokamekrá)
- 15-A.I. GERALDA/TOCO PRETO : Timbira
- 16-A.I. RODEADOR

